

os fatores capazes de ativá-la para, com base nesse conhecimento, fixar a estratégia que deve utilizar. Segundo, melhorar o discurso das vanguardas revolucionárias. Vale dizer, face ao atraso e à penúria, ser capaz de diagnosticar suas causas, enunciar os danos que acarretam e, ainda, prever as possibilidades de progresso contidas em cada situação. Dentro desta postura analítica, crítica e prospectiva passam a ter igual peso dois tipos de preocupação: a explicativa, que deve alcançar maior rigor científico ao intencionalizar-se para servir à ação transformadora; e a valorativa, que precisa tornar-se persuasiva para aliciar as forças potencialmente renovadoras. Na verdade, ambas têm limites precisos. Nem a explicativa pode ser um discurso inconsistente e desinteressado sobre questões irrelevantes; nem a valorativa pode entrar em contradição com a explicativa.

A aceitação destas proposições importa na alteração de uma série de posturas características do cientista social. Primeiro, uma mudança radical na atitude indagativa que se exprime na temática das pesquisas. Em lugar de ater-se aos temas em voga nas grandes publicações internacionais, selecionados nominalmente por seu valor explicativo, deve voltar-se para o que é instrumental do ponto de vista da revolução social, o que coloca em foco, prioritariamente, a problemática das situações de atraso e os caminhos de sua superação. Segundo, uma mudança na atitude expositiva. Esta, em lugar de simular isenção diante dos fatos sociais para evitar juízos de valor, deve tornar-se lucidamente crítica e valorativa, explicitando, todavia, os fundamentos das apreciações em cada situação concreta.

O presente livro é um esforço do autor por ajustar-se a esse padrão de conduta científica com um propósito político muito claro: o de contribuir para a formulação de uma teoria explicativa que ajude a impulsionar a revolução necessária.

D. R.

Santiago, Junho, 1971.

## PRIMEIRA PARTE

### O Desafio Latino-Americano

*Uma sociedade enfrenta no curso de sua vida uma série de problemas que cada um de seus membros há de resolver como melhor possa. Cada problema que se apresenta é um desafio a ser submetido à prova.*

A. J. TOYNBEE

#### 1. O PROCESSO HISTÓRICO

É geralmente aceita a afirmação de que o principal determinante do destino dos povos modernos foi a onda de transformações econômicas e sociais desencadeada pela Revolução Industrial. A ela se deve acrescentar, como outro fator decisivo, o condicionamento das potencialidades de progresso desta revolução tecnológica por duas ordens de constrição. A primeira delas, de natureza estrutural, corresponde às disputas entre as camadas patronais e as assalariadas pela apropriação dos resultados do progresso técnico. A segunda decorre dos modos de integração dos diferentes povos na civilização industrial, conforme esta se faça pela via da *aceleração evolutiva*, que lhes permite estruturar-se autonomamente como povos para si, ou da *incorporação* ou *atualização histórica*, que os conforma como povos dependentes que não existem para si, mas para atender às condições de vida e de prosperidade de outros.

#### Aceleração versus Incorporação

Nenhuma dessas formas de condicionamento é inerente à Revolução Industrial. Todas as revoluções tecnológicas anteriores difundiram-se também através de processos civilizatórios que

originaram formações econômico-sociais cuja capacidade de desenvolvimento esteve sempre condicionada pelo caráter de sua estratificação social — segundo ela fosse mais ou menos constritiva — e, sobretudo, segundo se estruturasse como sociedades autônomas, geradas por aceleração evolutiva, ou sociedades dependentes, surgidas de movimentos de incorporação histórica.

Isto significa que as sociedades humanas não transitam de uma a outra etapa da evolução por uma única via, mas por duas vias distintas, embora complementares. A primeira, muito mais rara, corresponde à aceleração evolutiva que ativa um povo no curso de um processo civilizatório, configurando-o como uma sociedade autônoma, dona de seu próprio destino, tendente a expandir sua cultura e sua língua sobre outros povos e capaz de desenvolver-se intensamente pelo domínio autônomo da nova tecnologia, ademais de enriquecer-se com o produto do trabalho dos povos que subjuga ou aos quais se impõe economicamente. A segunda via — muito mais freqüente — corresponde à utilização ou incorporação histórica configuradora de povos dependentes que, havendo perdido a autonomia no comando de si mesmos, ao serem envolvidos e dominados por movimentos de expansão de outros povos, foram reduzidos à condição de proletariados externos não estruturados social e economicamente para si próprios, mas para servir aos interesses e desígnios de seus dominadores.<sup>1</sup>

Conforme se verifica, as enormes energias transformadoras das revoluções tecnológicas, operando sob o condicionamento destas constrictões, dão lugar, nos casos de aceleração evolutiva, ao desenvolvimento pleno e autônomo, e nos casos de incorporação histórica, ao subdesenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento resultam, assim, dos mesmos processos históricos, não como etapas sequenciais de uma linha evolutiva, mas como configurações coetâneas das mesmas etapas evolutivas e até como formas mutuamente complementares.

Tanto as formações exemplificativas do desenvolvimento logrado por aceleração, quanto as expressões do subdesenvolvimento gerado por incorporação histórica, apresentam tensões internas decorrentes, em grande parte, dos conflitos entre os interesses contrapostos das classes sociais e das vicissitudes a que podem ser submetidas por estruturas de poder mais ou

1. Nossa concepção de duas vias de trânsito evolutivo, uma acelerativa, outra meramente atualizadora ou incorporadora, constitui uma alternativa teórica tanto ao evolucionismo unilinear da antropologia clássica e do marxismo dogmático quanto à noção de dualismo estrutural da sociologia funcionalista. Acerca-se, porém, dos conceitos de desenvolvimento desigual e combinado de Lenin (1941) e de Protásky (1963) e da noção de desenvolvimento do subdesenvolvimento de A. Gunder Frank (1967) ainda que não se confunda com eles.

menos despóticas. No primeiro caso, porém, estas crises não impedem — pelo contrário, muitas vezes facilitam — um alto grau de exploração das potencialidades da nova tecnologia, que aparece como o florescimento de uma civilização. No segundo caso, os efeitos da constrictão classista e da dependência apenas propiciam graus medíocres de modernização que podem, eventualmente, brilhar em expressões singulares de riqueza barroca e de conforto ostentatório — em meio à pobreza generalizada — como indicações visíveis dos faustosos privilégios que uma classe dominante local pode proporcionar-se dentro de um sistema social altamente desigualitário.

É de assinalar que as diferenças fundamentais entre essas duas situações não se explicam pelo contraste entre a rudimentariedade ou o adiantamento das respectivas tecnologias, senão por suas distintas capacidades para explorar as potencialidades de cada tecnologia para promover um progresso generalizável a toda a população. Com efeito, em muitos casos as formações dependentes são exploradas à base da mais alta tecnologia de uma época. São exemplos disso a metalurgia do ouro e da prata nas colônias espanholas, a produção industrial do açúcar nos engenhos do nordeste brasileiro e do Caribe e a extração de petróleo na Venezuela. O importante a observar é que estas tecnologias avançadas são aplicadas até o limite necessário para tornar mais próspera a economia dependente, mantendo sempre, porém, a situação de dependência.

Surgem, assim, sociedades que, sendo estruturalmente deformadas desde seu nascimento, crescem com estas distorções, incapazes de superá-las através do simples funcionamento do sistema, porque a própria prosperidade, ao reforçar o vínculo externo de dependência, se torna fator de atraso. Nesse sentido, cumpre recordar que a condição correspondente à dependência e ao subdesenvolvimento não impede que, enquanto empreendimentos econômicos, estas formações floresçam como unidades prósperas. Pelo contrário, muitas das colônias que se implantaram na América, por via da incorporação histórica, configuraram algumas das empresas mais ricas que se conhecem em toda a história econômica mundial. Ricas, porém, para os núcleos centrais e para os agentes internos da dominação, mas não para si próprias e menos ainda para sua população global. O grau de prosperidade do Brasil e do Haiti do século XVII, por exemplo, era muitas vezes superior ao das colônias pioneiras da costa oriental dos Estados Unidos. Ninguém podia duvidar que o modelo econômico lucrativo e bem sucedido era o das grandes plantações tropicais, trabalhadas por braço escravo, e não o daqueles núcleos paupérrimos de imigrantes.

que viviam principalmente de exportar alimentos para as plantações açucareiras as quais não podiam ocupar-se disto porque produziam gêneros muito mais valiosos.

Atrás destas remarcadas diferenças de níveis de prosperidade empresarial e até de nível de renda global e *per capita*, estavam, de um lado, núcleos mais ou menos autárquicos, crescendo vegetativamente e se estruturando como um povo. E do outro lado, um proletariado externo que, crescendo pela mestiçagem, se ia convertendo em povo, malgrado ou contra o propósito de seus dominadores que o encaravam simplesmente como uma força de trabalho, desgastável como mero combustível e renovável mediante a importação de mais escravos. Não por acaso aquelas colônias "pobres", mas capacitadas a se estruturarem desde a primeira célula como um povo para si, cresceram com enorme potencialidade de autodesenvolvimento; enquanto que as colônias "prósperas" vieram a ser, em nossos dias, precisamente as áreas mais atrasadas e miseráveis.

Tal é a natureza de um proletariado externo. Assim foi num passado remoto, com relação às massas desgastadas nas grandes plantações latifundiárias e nos *ergasterios* das colônias em que se fundava a prosperidade grega e romana. Assim foi, por igual, durante toda a história da América Latina. Assim ameaça continuar sendo enquanto permanecerem hegemônicos os interesses que regeram até agora a ordenação social na América Latina.

O aparente paradoxo que converte as áreas mais ricas nas mais pobres e que condiciona os povos mais miseráveis a custear a prosperidade dos mais abastados se explica, precisamente, por esta superexploração, impraticável dentro da própria nação dominadora, mas perfeitamente factível no caso dos seus proletariados externos. Ao longo de séculos, essa superexploração foi justificada como uma ação civilizadora que o europeu de ontem e o norte-americano de hoje vêm empreendendo para salvar, a princípio da heresia, depois do atraso — em nome de um desvelo cristão ou civilizador — a subumanidade de suas áreas de dominação.

Só recentemente surge nos povos subdesenvolvidos uma consciência crítica que os capacita a perceber a mistificação que se esconde atrás desta ideologia. Essa percepção ainda não é generalizada mesmo porque as classes dominantes dos países dependentes continuam repetindo o velho discurso que atribui o atraso a fatores climáticos, raciais, culturais ou, simplesmente, à rusticidade do povo, incapaz de absorver o progresso tecnológico; ao mesmo tempo em que se atribui aos agentes da dominação o papel de heróis civilizadores.

Mas aos poucos se torna evidente à consciência crítica o papel causal da incorporação histórica, da dependência e da estrutura classista que lhe correspondem na produção e perpetuação do subdesenvolvimento, bem como as múltiplas feições que este pode assumir em sucessivas transfigurações. A cada novo processo civilizatório corresponde, com efeito, uma destas transfigurações na forma de um projeto auspiciado pelos núcleos cênicos, projeto esse que reduz as potencialidades de desenvolvimento das áreas periféricas a uma mera modernização reflexa. Esta proporciona sempre algum progresso em relação ao passado imediato mas, ao manter inalterada a interdependência assimétrica, apenas abre uma nova fase de subdesenvolvimento e, de fato, amplia a brecha entre as sociedades autônomas e as sociedades dependentes.

#### Formações Econômico-Sociais

Em nosso estudo "O Processo Civilizatório" (1968) apresentamos uma seqüência das etapas evolutivas e uma caracterização das formações econômico-sociais ou sócio-culturais as quais sintetizamos a seguir nos aspectos mais necessários para a compreensão do desenvolvimento desigual dos povos americanos.

Segundo nosso modo de ver, a evolução sócio-cultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Estas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem pela primeira vez, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. Em termos marxistas, o processo pode ser descrito como uma ruptura provocada por contradições tornadas antagônicas entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, rupturas estas que acionam o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Distinguimos no estudo acima referido oito revoluções tecnológicas das quais nos cumpre destacar aqui apenas as três últimas: Mercantil, Industrial e Termonuclear.

A *Revolução Mercantil*, caracterizada principalmente por progressos da navegação oceânica, das armas de fogo, da metalurgia do ferro, expandiu-se a partir do século XV através de

dois processos civilizatórios. O primeiro deles configurou, por aceleração evolutiva, os *Impérios Mercantis Salvacionistas* da península ibérica e da Rússia moscovita que romperam, pioneiramente, com o feudalismo europeu e estabeleceram o primeiro sistema de dominação de âmbito mundial. Configurou também, através de movimentos de incorporação histórica, formações *Colonial-Escravistas* (Brasil do século XVI, por exemplo) e *Colonial-Mercantis* (as feitorias asiáticas de portugueses e espanhóis).

Um segundo processo civilizatório, impulsionado pela mesma revolução tecnológica amadureceu, por aceleração evolutiva, as primeiras formações *Capitalistas Mercantis* (Holanda, Inglaterra e França do século XVII); e, por incorporação histórica, as suas contrapartes externas que surgiram também como *Colonialismos Escravistas* (Antilhas, século XVII) e *Mercantis* (Indonésia, século XVIII). Mas a elas acrescentaram as formações *Coloniais de Povoamento* (costa oriental dos Estados Unidos, entre outras). Como se vê, em todos esses casos, produziram-se estruturas bipartidas embora mutuamente complementares: o centro reitor e seus contextos externos.

Dentro desse sistema unificado de interdependência, os povos cênicos ou autônomos e os periféricos (ou dependentes, por suas posições assimétricas, cumpriam funções produtivas e distributivas também distintas, embora complementares e, correlativamente, tinham perspectivas por igual díspares de desenvolvimento. Os núcleos cênicos, depois de beneficiados pelo saqueio das riquezas acumuladas pelos povos que dominaram, continuaram fortalecendo-se com a sucção do produto do seu trabalho. O efeito disso foi um desenvolvimento contínuo, limitado apenas por relações eventualmente espoliativas que estabeleciam com outros núcleos cênicos. As áreas periféricas, além de saqueadas, continuaram tanto mais exploradas quanto mais riquezas pudessem produzir. Experimentaram, não obstante, certo grau de modernização reflexa, principalmente no campo da tecnificação de suas atividades produtivas que permitia vislumbrá-los como economias coloniais prósperas, sempre porém de uma "prosperidade" não generalizável.

Graças principalmente a essas relações econômicas espoliativas, alguns daqueles núcleos cênicos puderam acumular recursos que os capacitaram a promover prodigiosas inovações nos processos produtivos e nas formas de utilização da energia mecânica que amadureceriam com a *Revolução Industrial*. Tal como os processos civilizatórios anteriores, entretanto, a nova tecnologia não se expandiu como uma difusão de conhecimentos e práticas livremente adotáveis, mas pela criação de novos centros de poder e pela imposição de seu domínio sobre o

60114-10  
Assim é que, no seu primeiro processo civilizatório, a Revolução Industrial transfigurou, uma vez mais, a todos os povos, fazendo uns poucos núcleos cênicos ascender, por aceleração evolutiva, à condição de formações *Imperialistas Industriais* (Inglaterra, França, Estados Unidos), enquanto aos outros, bem como à quase totalidade de povos dependentes, apenas permitiu experimentar uma nova incorporação histórica. Neste passo, os últimos transitam de sua antiga condição de dependência à situação de formações *Capitalistas Neocoloniais* a qual só lhes abre um horizonte mediocre de desenvolvimento porque limitado pela dupla conscrição: a espoliação imperialista e a exploração classista interna.

A acumulação de tensões resultantes da oposição entre as potencialidades transformadoras da revolução industrial e o poder condicionador daquelas duas ordens de conscrição acabou por desencadear um segundo processo civilizatório. Este consistiu, essencialmente, em reordenações internas de algumas sociedades, conducentes à criação de formações sócio-culturais de modelo socialista, seja através de procedimentos intencionais, seja mediante um desenvolvimento evolutivo.

A primeira via cristalizou-se em duas formações distintas: o *Socialismo Revolucionário*, cujo padrão básico, inaugurado pelos soviéticos, se expandiu posteriormente por amplas áreas; e o *Nacionalismo Modernizador*, como um regime híbrido que procura combinar conteúdos capitalistas e socialistas. A segunda via vem se concretizando como *Socialismo Evolutivo*, resultante da acumulação de mudanças experimentadas por algumas sociedades altamente industrializadas, que acabou por descaracterizá-las como estruturas capitalistas.

Estando ainda em curso estes dois processos civilizatórios, desencadeia-se, em nossos dias, uma nova onda de prodigiosas inovações tecnológicas, a *Revolução Termonuclear*, que começa a atuar sobre os povos com enormes potencialidades de transformação. Seus conteúdos tecnológicos e os modos de vida que forjará no futuro são hoje tão pouco discerníveis quanto o eram as virtualidades da Revolução Industrial na primeira década do século passado. Entretanto, eles já são perceptíveis

2. Tomamos como paradigma desta formação a Bolívia de Paz Estensoro; a Turquia de Mustafá Kemal; o México de Cardenas; o Egito de Nasser; a Argélia de Boumedien e o Peru de Velasco Alvarado.

3. O paradigma desta formação é dado pelos países escandinavos, com a economia distributiva que vêm implantando; mas também temos em mente as progressões prováveis de nações industrializadas como a Inglaterra, a França e a Itália. O Chile, malgrado seu baixo nível de industrialização, parece tender a este tipo de formação, do qual representaria um caso especial, se não malograsse no seu intento. O *Eurocomunismo*, abandonando a perspectiva de uma ditadura do Proletariado e reafirmando a sua fidelidade ao Regime Eleitoral e Parlamentar, identifica-se também com a via socialista evolutiva.